

NARRATIVIDADE E OBJETIVIDADE NAS CIÊNCIAS HISTÓRICAS

Jörn Rüsen

1. O problema; 2. O que é objetividade; 3. Narratividade como objeção à objetividade; 4. Uma aproximação de um novo conceito de objetividade.



... A verdade científica é justamente o que é válido para todos os que buscam a verdade.

Max Weber¹

1. O problema

‘Narratividade’ e ‘objetividade’ parecem ser caracterizações contraditórias dos estudos históricos. A categoria da narrativa aproxima os estudos históricos da literatura; ela proclama o caráter literário da historiografia e os procedimentos e princípios lingüísticos que constituem a ‘história’ como uma representação do passado, plena de sentido e de significado, nas práticas culturais da memória histórica. Objetividade, de outro lado, é a categoria que proclama um determinado tipo de conhecimento histórico, obtido mediante procedimentos de pesquisa regulados metodicamente, e que, ao apresentá-la revestida de sólida validade, situa esta objetividade acima do campo da opinião arbitrária.

¹ Max Weber. *Sociological Writings* (ed. Wolf Heydebrand). Nova York: Continuum, 1994, p. 259

O discurso metahistórico acerca de princípios do pensamento histórico e da historiografia, como objetividade e narrativa, pode ser organizado, historicamente, de acordo com as seguintes justaposições: na *tradição pré-moderna da retórica*, o trabalho dos historiadores era discutido como uma prática literária da narração, orientada por pretensões de verdade. No *processo da racionalização modernizadora*, que fez da história uma disciplina acadêmica, essas pretensões de verdade foram elaboradas sob a forma de regras que fazem, da investigação histórica, uma garantia de objetividade. 'Objetividade' significava, pois, a validade geral do conhecimento histórico, baseada na relação com a experiência do passado e na racionalidade do tratamento cognitivo dessa experiência. O *discurso pós-moderno* criticou esta atitude como uma falsa consciência, escamoteadora dos procedimentos lingüísticos da narração que constituem a natureza distintiva da história, como um construto mental de representação do passado para finalidades culturais da vida atual.

O *discurso pré-moderno* enfatizava a relação entre os historiadores e seu público. Concentrava-se nos princípios morais que faziam do passado algo importante para o presente e amoldava sua representação em uma mensagem moral, apta a habilitar seus destinatários a entender e a operar as regras da vida humana.

O *discurso moderno* sobre a história criticou sua atitude moralista e enfatizou a relação entre os historiadores e a experiência do passado, dada no material das fontes. A metahistória explicou, pela racionalidade do método, a competência dos historiadores profissionais em proclamar a experiência histórica. Palavras famosas de Ranke revelam essa alteração da ênfase na autocompreensão dos estudos históricos: "À história foi atribuída a função de julgar o passado, de instruir os homens a tirar o

melhor proveito dos anos por vir. A tentativa atual não tem tamanha pretensão. Ela aspira, meramente, mostrar como as coisas efetivamente aconteceram.”²

Com a consagração da pesquisa histórica como uma disciplina acadêmica e com sua pretensão de estabelecer padrões de cientificidade para o conhecimento histórico, a metahistória ganhou uma dupla função: ela tem de legitimar o caráter acadêmico da profissão de historiador tanto pela ênfase na natureza ‘científica’ do conhecimento histórico produzido pela pesquisa como pelo destaque da especificidade dessa disciplina, que a distingue das demais, sobretudo das ciências naturais. Malgrado inúmeras tentativas de remodelar a pesquisa histórica seguindo o paradigma das ciências naturais, a maior parte dos historiadores continua cultivando sua autocompreensão como acadêmicos e a identidade de sua disciplina com fundamento na especificidade do pensamento histórico. O princípio da narratividade teve conjuntura favorável na metahistória, como critério para delimitar tal especificidade e peculiaridade. Com o princípio da narratividade, pode-se pôr às claras que o pensamento histórico obedece a uma estratégia explicativa diferente dos modos de pensar, cuja lógica esteja centrada na conformidade a leis (*Gesetzmässigkeit*).

A conseqüência dessa nova reflexão sobre o pensamento histórico, tomando como referência sua forma narrativa, acarretou uma mudança radical na atitude objetivista moderna, tradicional na pesquisa histórica. É esta a razão por que os historiadores profissionais têm-se sentido pouco à vontade com respeito à reflexão metahistórica sobre a narratividade de suas

² Leopold von Ranke. *The Theory and Practice of History*. Indianápolis, 1971, p. 137. - “Man hat der Historie das Amt, die Vergangenheit zu richten, die Mitwelt zum Nutzen zukünftiger Jahre zu belehren, beigemessen: so hoher Ämter unterwindet sich gegenwärtiger Versuch nicht: er will bloss zeigen, wie es eigentlich gewesen” (*Geschichten de romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*, 2ª ed., em *Sämtliche Werke* 33/34, Leipzig, 1874, p. VII).

representações cognitivas. Embora eles não tenham sido capazes de substituir esse princípio distintivo por outro que poderia legitimar, simultaneamente, a abordagem científica da história e a especificidade metódica do pensamento e da cognição históricos, tampouco se deixaram convencer de que os avanços cognitivos de seu trabalho acadêmico sejam suficientemente valorizados pelo tratamento metahistórico da narrativa histórica.

Assim, a *situação presente dos estudos históricos* caracteriza-se por uma relação pouco clara: de um lado, há a limitação metahistórica da narratividade como princípio do pensamento histórico, que dificulta, logicamente, qualquer objetividade científica na representação do passado como história; de outro lado, existem as atitudes e os procedimentos acadêmicos bem estabelecidos dos historiadores profissionais, que os habilitam a realizar o trabalho de pesquisa e historiográfico em obediência imediata à racionalidade metódica. É esta racionalidade do método que dota, com a pretensão de objetividade, o conhecimento que se obteve pela pesquisa e que se apresenta como historiografia.

Minha contribuição consiste em tentar conciliar essas duas atitudes. Ao fazê-lo, seguirei primeiramente a argumentação que enfatiza a estrutura narrativa do conhecimento e a utiliza para criticar concepções inadequadas da objetividade histórica. Em um segundo momento, porém, buscarei demonstrar que a objetividade histórica pode ser resgatada, explicada e legitimada no contexto de uma teoria narrativista da pesquisa histórica.

2. O que é objetividade?

Objetividade fixa um limite à interpretação histórica.³ Ela é um critério de validade que torna o pensamento histórico e a historiografia plausíveis, isto é, uma certa forma de pretensão de verdade, intimamente relacionada com a racionalização do pensamento histórico e com seu caráter acadêmico, para não dizer científico. A verdade sempre foi o compromisso da historiografia. Na tradição retórica pré-moderna da metahistória, a verdade era concebida e prescrita aos historiadores como uma atitude moral de historiógrafos e como um princípio retórico de sua historiografia. Ela estava direcionada contra os preconceitos e as deformações das perspectivas históricas devidas à parcialidade unilateral em benefício de uma facção ou de um ator no passado apresentado, além de estar igualmente voltada contra o uso de elementos ficcionais na apresentação do passado. Contar a verdade acerca do passado era visto principalmente como uma mera deliberação dos historiógrafos em o fazer. Os limites da interpretação eram postos pelas regras morais como diretrizes tanto para o trabalho historiográfico como para o entendimento do passado, aplicando o conhecimento assim obtido às situações quotidianas atuais da vida humana e a suas perspectivas de futuro. Em seu livro *Como escrever história*, Luciano de Samosata afirma que a história possui uma única missão e um único fim, qual seja, o de ser útil, e que o historiador somente pode alcançar esse objetivo se escrever a verdade.⁴ Essa utilidade da história, decorrente de seu compromisso com a verdade, é mo-

³ Cf. Jörn Rüsen, *Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*, Göttingen, 1983, pp. 85 ss.; *idem: Studies in Metahistory*, Pretória: Human Science Research Council, 1993, pp. 49 ss. Allan Megill (ed.), *Rethinking Objectivity I, II* (Annals of Scholarship), vol. 8, Nr. 3 - 4, vol. 9, Nr. 1-2.

⁴ Luciano, *Wie man Geschichte schreiben soll*, ed. H. Homeyer, Munique, 1965, § 9, p. 107.

ral: *historia vitae magistra*. A história dita as regras da vida humana mediante a acumulação de experiência para além do horizonte de uma única vida. A representação histórica tem de produzir prudência (φρονεσις, σοφροσυνη), isto é, a competência para organizar a vida prática de acordo com regras gerais derivadas da experiência acumulada (em duas palavras: competência normativa). A história possui a aptidão — e tem a obrigação de o fazer — para produzir essa competência pragmática e moral, ao organizar a experiência do passado em forma de uma narrativa que contenha a mensagem formuladora das regras gerais e dos princípios da atividade humana. A pretensão de verdade é necessária, com vistas à realização dessa relação com a experiência.

O paradigma desta relação é a sabedoria dos anciãos: na medida em que sejam depositários, em suas mentes, da experiência acumulada devida à duração de suas vidas, estão eles qualificados para dirigir e orientar o quotidiano atual de seu respectivo grupo social. Orientar significa: entender problemas práticos e lidar com eles com conhecimento dos problemas humanos acumulado na experiência de toda uma vida. A história é vista como um vetor de orientação da vida humana, e o historiador é o especialista na experiência acumulada nos arquivos da memória coletiva. Assim, a história poderia ser definida (Viperano no discurso humanístico) como *rerum gestarum ad docendum usum rerum syncera illustrisque narratio* (narrativa autêntica e esclarecida das atividades humanas com o fito de ensinar como lidar com elas).⁵

⁵ Eckhard Kessler. *Theoretiker humanistischer Geschichtsschreibung*. Munique, 1971, p. 19, nota 57; Viperano I, 7 a, pp. 13, 10 ss. Cf. A excelente introdução de Kessler. *Geschichte, menschliche Praxis oder kritische Wissenschaft? Zur Theorie humanistischer Geschichtsschreibung*, op. cit., pp. 7 - 47; idem: *Das rhetorische Modell der Historiographie*, em: Reinhardt Koselleck, Heinrich Lutz,

Objetividade é, contudo, algo completamente diferente. Ela significa uma determinada relação da representação histórica com a experiência do passado. A citação de Ranke demonstra claramente que essa relação não está organizada, em primeiro lugar, pelo princípio moral da prudência (competência normativa), mas pelo princípio metódico da pesquisa como um procedimento cognitivo. Essa mudança fundamental na concepção da pretensão básica de verdade, por parte da historiografia, faz parte de uma evolução estrutural do pensamento histórico que ocorreu na segunda metade do século XVIII.⁶ Começou nesse momento sua modernização, causada pela aplicação de dois princípios: (a) uma nova categoria de história, entendida agora como uma mudança temporal abrangente do mundo humano, incluindo virtualmente o presente e o futuro, e (b) a racionalidade do método como estratégia cognitiva ao lidar com a experiência do passado. A nova categoria 'a história' define o conteúdo principal do pensamento histórico e da historiografia como o domínio específico do mundo real: a história é o mundo humano real na perspectiva do tempo. Trata-se, pois, de mais do que uma mera narrativa — é a pré-figuração do mundo que permite aos historiadores apresentar o passado sob a forma de uma narrativa. Objetividade significa, por assim dizer, que a prudência ditada, em tempos pré-modernos, pela 'história ver-

Jörn Rüsen, (eds.). *Formen der Geschichtsschreibung* (Beiträge zur Historik, vol. 4). Munique, 1982, pp. 37-85.

⁶ Cf. Jörn Rüsen: *Konfigurationen des Historismus. Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt, 1993, pp. 45 ss.; Koselleck, Reinhart. *Historia Magistra Vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlicher bewegter Geschichte*, em: R. Koselleck. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt, 1979, p. 38; Horst Walter Blanke. *Historiographieggeschichte als Historik* (Fundamenta Historica, vol. 3), Stuttgart-Bad Canstatt, 1991; Wolfgang Küttler; Jörn Rüsen; Ernst Schulin (eds.). *Geschichtsdiskurs*, vol. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens*. Frankfurt/Main, 1994.

dadeira' dos historiadores, tornou-se agora uma realidade previamente dada do próprio mundo humano.

O aforisma de Ranke, que exprime essa pretensão de objetividade, pressupõe uma determinada filosofia da história: história é a realidade temporal do mundo humano, é a conexão interna das mudanças temporais, previamente dadas no modo de experiência dos historiadores. O historiador, em sua historiografia, tem de representar essa estrutura histórica do mundo humano, previamente dada. Ele conta "como tudo efetivamente aconteceu". Essa realidade é mais do que a seqüência de acontecimentos e mudanças no passado tal como relatados nas fontes; ela é, em si mesma, uma corporificação de sentido. Essa história 'real' tem de ser proclamada em um procedimento cognitivo que só pode ser efetuado por historiadores profissionais: pesquisa como tratamento metódico de fontes.

A seqüência temporal de acontecimentos e mudanças no passado é uma manifestação da estrutura histórica profunda do mundo humano. Essa estrutura, chamada 'a história', é produzida pelas assim chamadas "forças ativas da mudança temporal do mundo humano";⁷ são essas forças ativas que constituem, ontologicamente, a realidade da história. E essa realidade, previamente dada na experiência histórica, pode ser desvelada, nos vestígios do passado, pela pesquisa metódica. A categoria de história e a racionalidade da pesquisa histórica estão, por conseguinte, intimamente relacionadas. A primeira é pré-condição ontológica do procedimento cognitivo da segunda. A prestigiosa pretensão de objetividade com que os historiadores exercem sua

⁷ Cf. Wilhelm Humboldt. *Betrachtungen über die bewegenden Ursachen der Weltgeschichte*, em: W. Humboldt. *Schriften zur Anthropologie und Geschichte* (Werke in fünf Bänden, ed. Andreas Flitner, Klaus Giel, Darmstadt, 1960, pp. 578-584 (Akademie-Ausgabe II, 360-366).

profissão, como 'sacerdotes da nação',⁸ fundava-se numa confiança quase-religiosa e metafísica de que, com determinados procedimentos racionais, a inteligência humana seria capaz de descobrir a história como a estrutura real do mundo humano, no curso temporal de acontecimentos e mudanças no passado.⁹

Um documento renomado, relativo a essa pretensão de objetividade, é o ensaio de Wilhelm von Humboldt intitulado *Sobre a tarefa do historiador* (1810).¹⁰ Nesse texto, Humboldt defende a pretensão de objetividade em sua concepção historicista, como 'fusão' entre o intelecto investigador e o objeto investigado.¹¹ 'Fusão' significa que a história, como o único objeto do pensamento histórico — a realidade temporal do mundo humano — é constituída pelas forças mentais ('idéias') que agem mediante a intencionalidade (*Sinnbestimmtheit* — orientação pelo sentido) das ações humanas. Ora, é a mesma 'força mental' que, por outro lado, com seus interesses cognitivos, move a inteligência humana em sua abordagem cognitiva do passado. A inteligência da cognição, relacionada com a experiência, é, pois, parte da inteligência da realidade previamente dada na experiência. Os interesses da cognição são parte das

⁸ Wolfgang Weber. *Priester der Clio. Historisch-sozialwissenschaftliche Studien zur Herkunft und Karriere deutscher Historiker 1800-1970*, 2ª ed., Frankfurt, 1987.

⁹ Cf. Jörn Rüsen. *Historische Methode und religiöser Sinn - Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Moderne*, em: Wolfgang Küttler; Jörn Rüsen; Ernst Schulin (eds.). *Geschichtsdiskurs*, vol. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens*. Frankfurt/Main, 1994, pp. 344-380.

¹⁰ Wilhelm von Humboldt. *Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers*, em: W. von Humboldt. *Werke*, ed. Andreas Flitner e Klaus Giel. vol. 1: *Schriften zur Anthropologie und Geschichte*. Darmstadt. 1960, pp. 585-606 (*Gesammelte Schriften* [Akademie-Ausgabe] IV, pp. 35-56). Tradução em inglês em *History and Theory* 6 (1967), pp. 57-71. Ver ainda Leopold von Ranke. *The Theory and Practice of History*, ed. Georg G. Iggers, Konrad Moltke. Indianápolis, 1973, pp. 5-23.

¹¹ Iggers, p. 8.

forças mentais que constituem a história como tema da cognição. Pode-se até dizer que a própria história fala, por intermédio do historiador, que a historiografia representa a realidade íntima da história como uma forma abrangente, previamente dada, da vida humana. Isso é o que objetividade quer dizer. Seu fundamento epistemológico — nas palavras de Humboldt — “é uma congruência original prévia entre o sujeito e o objeto”.¹² Pesquisa, como procedimento cognitivo, é baseada nessa congruência. Ela guia os historiadores no trato com a experiência do passado, presente em seus vestígios, no material das fontes, nos quais a ‘realidade da história’ é proclamada.

Podemos ver aqui as implicações filosóficas desse tipo de objetividade histórica. Ele põe limites claros à interpretação do material das fontes, tanto em obediência às regras da pesquisa metódica quanto pela aplicação do conceito de história como de um movimento temporal do mundo humano, constituído pelas forças mentais da atividade humana. O conhecimento histórico, dotado de sua pretensão de objetividade, poderia funcionar como orientação cultural para a vida prática — sobretudo política: ele produz uma perspectiva do futuro em função da mudança temporal do passado¹³ e a identidade coletiva do grupo a que se dirige, enquanto baseada nas forças ativas constitutivas da história humana.

¹² Iggers, p. 15 (“eine vorhergängige, ursprüngliche Übereinstimmung zwischen dem Subjekt und Objekt”, pp. 596 s.).

¹³ Uma fonte importante para essa função prática da objetividade histórica (poder-se-ia mesmo falar de seu caráter ideológico) é a aula inaugural de Ranke: “Über die Verwandtschaft und den Unterschied der Historie und der Politik”. *Sämtliche Werke*, vol. 24, Leipzig, 1877, pp. 280-293.



3. Narratividade como objeção à objetividade

Mesmo no contexto da concepção objetivista da cognição histórica, sempre se esteve consciente dos elementos constitutivos da subjetividade, em oposição ao caráter meramente reificado da história. Muitos historiadores estavam conscientes do envolvimento de seu trabalho acadêmico com a política, e chegavam mesmo a participar diretamente dela. Reconheciam esse envolvimento não como um acréscimo externo a suas tarefas acadêmicas, mas como um fator constitutivo de sua própria historiografia, como elemento conformador de sua estrutura cognitiva interna, como inseparável da racionalidade metódica de sua disciplina. O termo utilizado para exprimir essa objeção de uma 'objetividade pobre' foi: *parcialidade*. Droysen polemizou contra o que chamava de 'objetividade de eunucos'¹⁴ nos estudos históricos, que intentavam neutralizar-se com respeito ao conflito político em torno da questão da identidade coletiva (sobretudo a nacional), na qual o argumento historiográfico desempenhava um papel importante. O mesmo valia para Sybel, Gervinus e outros.¹⁵ Eles não consideravam o envolvimento e a parcialidade dos historiadores na luta política pela conformação da identidade coletiva, mediante a rememoração histórica, como opostos à objetividade, mas, pelo contrário, viam-nos como uma condição necessária à objetividade histórica. É esta a posição do historiador dentro do embate político de seu tempo respectivo, o que abre a perspectiva com a qual as poderosas forças mentais,

¹⁴ Johann Gustav Droysen. *Historik*, edição histórico-crítica, ed. Peter Leyh, vol. 1, Stuttgart-Bad Canstatt.

¹⁵ Sybel. *Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung* (1856). *Kleine historische Schriften* (1863), 3ª ed., Stuttgart, 1880, pp. 355 s.; Georg Gottfried Gervinus. *Grundzüge der Historik* (1837). *Schriften zur Literatur*, ed. G. Erler, Berlim, 1962, pp. 49-103. Cf. Jörn Rüsen. *Der Historiker als 'Parteimann des Schicksals'* - Georg Gottfried Gervinus, em: Jörn Rüsen. *Konfigurationen des Historismus. Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt, 1993, pp. 157-225.

que constituem a história como uma forma específica da realidade humana, tornam-se acessíveis e visíveis, podendo assim ser enunciadas mediante uma abordagem cognitiva.

A idéia de que a objetividade é constituída pela parcialidade obedece a uma filosofia idealista da história, que identifica as forças mentais em ação no interesse histórico dos historiadores com as forças mentais da atividade humana, que constituem a história como realidade temporal da vida humana. A concepção marxista-leninista de objetividade pela parcialidade segue uma filosofia da história e uma epistemologia análogas. A parcialidade na luta de classes é condição necessária do conhecimento objetivo da sociedade humana, em geral, e de sua evolução histórica, em particular. Em ambas as concepções de objetividade, a questão está, contudo, em que nem toda parcialidade leva à objetividade, mas apenas aquela que for refletida, na qual o historiador emprega a aptidão cognitiva da inteligência humana de forma específica: ele generaliza seu ponto de vista de tal modo que pode integrar, em um interesse abrangente, os interesses conflitantes no contexto político. Dessa maneira, as diversas perspectivas, derivadas dos diferentes pontos de vista, são integradas numa perspectiva abrangente. Nesta perspectiva, a mudança do mundo humano no passado indica uma direção para o futuro. É a apreensão dessa perspectiva abrangente e o direcionamento da evolução que habilitam os historiadores a transcender a luta pelo poder e a assumir uma orientação comum. Para a concepção historicista clássica da pesquisa histórica, o ponto de vista abrangente e a perspectiva compreensiva realizaram-se no nacionalismo, mais ou menos mitigado por uma idéia de humanidade como o princípio de comunicação internacional.

A cognição histórica poderia ser vista, então, como um procedimento mental com dois pólos: de um lado, um *objetivo*, relativo à experiência do passado previamente dado em seus

vestígios, i.é, o material das fontes, e, de outro lado, um *subjetivo*, referente a problemas de orientação da vida prática. A garantia do objetivismo é a crítica das fontes, e a do subjetivismo é o engajamento do historiador na luta política pela identidade coletiva, no campo da rememoração histórica. Ambas são mediadas na operação cognitiva da interpretação histórica. É pela interpretação que a sólida informação das evidências empíricas do passado recebe seu feitio histórico específico e se integra na estrutura mental da narração histórica, dentro da qual pode funcionar como fator de orientação cultural. Como procedimento metódico, a interpretação contribui para a objetividade. Ao realizar a perspectiva histórica na qual a evidência do passado é referida a problemas de orientação no presente, contudo, a interpretação põe a subjetividade, como operação constitutiva da cognição, na formação da narrativa. Ambas, porém, objetividade e subjetividade, são lados da mesma moeda.

Por causa dessa função, a interpretação histórica, malgrado ser um procedimento cognitivo decisivo na investigação histórica, continuou ambígua. No desenvolvimento dos estudos históricos, sempre ocorreram duas atitudes diferentes para superar essa ambigüidade: (a) Uma *atitude objetivista* tenta estruturar a interpretação histórica usando um tipo de conhecimento no qual a subjetividade do historiador (i.é, seu interesse pelo passado) é ultrapassada por uma certa concepção de história. Essa concepção exprime, categorialmente, a mudança temporal e a evolução do mundo humano no passado como uma entidade previamente dada a ser revelada por uma cognição que é verdade, apesar de todo interesse, ponto de vista ou parcialidade prática. Com freqüência, os historiadores tomaram emprestadas das ciências sociais as estruturas cognitivas desta história 'objetiva', além de partilhar com elas tanto a pretensão de seguir a lógica das ciências naturais quanto o prestígio cultural. Ao agir assim, os historiadores acreditavam numa base epistemológica-

mente segura para o caráter científico dos estudos históricos. Exemplos dessa estratégia foram a tentativa de Karl Lamprecht de transmutar o historicismo em uma nova concepção de história como ciência social, assim como as tentativas correlatas da primeira fase da escola dos Annales, para não falar do marxismo e das diversas tentativas positivistas de promover a história ao *status* de ciência ('Erhebung der Geschichte in den Rang einer Wissenschaft').¹⁶

(b) A outra estratégia é uma reconstrução epistemológica dos padrões da interpretação histórica que admite ter seu fundamento no interesse e no envolvimento prático, de que decorre um elemento de subjetividade inevitável. Ao mesmo tempo, porém, ela enfatiza as regras metódicas e os recursos teóricos de que lança mão como garantia da validade intersubjetiva do conhecimento histórico. O melhor exemplo conhecido dessa estratégia é a interpretação da objetividade por Max Weber e sua metodologia dos tipos ideais.¹⁷

A abordagem objetivista perdeu sua credibilidade. Seu impacto ideológico não poderia ser negligenciado: o interesse subjetivo e a luta política pelo poder facilmente poderiam ser encontrados nas diversas idéias da histórica reificada. O último recuo da objetividade como idéia constitutiva dos estudos históricos enquanto disciplina acadêmica ficou evidente com a emergência metahistórica da narrativa como forma constitutiva do conhecimento histórico e como procedimento mental de fazer

¹⁶ Essa é uma fórmula famosa de Johann Gustav Droysen, posta por ele como título de sua recensão da "History of Civilization in England", de Thomas Buckle (*Historik* [Fn 14], pp. 451 ss.).

¹⁷ Max Weber. "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis", em: M. Weber. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 3ª ed., ed. Johannes Winckelmann. Tübingen, 1968, pp. 146-214. Trad. ingl.: M. Weber. *The Methodology of Social Sciences*, trad. e ed. Edward A. Shils e Henry A. Finch. Nova York: Free Press, 1949; parcialmente em: M. Weber. "'Objectivity' in Social Science", em: M. Weber. *Sociological Writings* (nº 1), pp. 248 - 259.

história. Narratividade é um conceito que explica a relação constitutiva do pensamento histórico para com as práticas culturais da memória e identidade coletivas. Ele mostra que a cognição histórica opera sua constituição específica na vida prática mediante sua forma narrativa. A interpretação histórica está diretamente vinculada a essa forma; ela traz a informação do passado, empiricamente evidente, para a narrativa. Somente nesta forma a informação quanto ao passado é especificamente 'histórica', e somente nesta forma o conhecimento histórico pode desempenhar suas funções culturais.

O conhecimento histórico, gerado pelo procedimento cognitivo da pesquisa metódica, deve à narratividade qualificações que são comumente entendidas como negações da objetividade, especificamente: retrospectividade, perspectividade, seletividade e particularidade.¹⁸ Na *retrospectividade*, a abordagem da evidência empírica do passado está sob influência das projeções para o futuro, que tendem a ultrapassar o horizonte da experiência do passado. A retrospectividade do conhecimento histórico pode ser considerada abertura pela qual elementos não-empíricos, interesses subjetivos, normas e valores, aspirações e ameaças ingressam na relação histórica entre o passado e o presente e chegam mesmo a ter certo impacto sobre a estrutura cognitiva guiada pela racionalidade metódica. *Perspectividade* diz respeito à relação constitutiva entre o passado e o presente, insere a perspectiva histórica nos problemas práticos de orientação da época do historiador. Ela concretiza a dependência do sentido e do significado históricos para com o ponto de vista dos historiadores na vida social de seu tempo. *Seletividade* indica as conseqüências da retrospectividade e da perspectividade para o

¹⁸ Cf. Klaus Füssmann. "Historische Formungen. Dimensionen der Geschichtsdarstellung". em: K. Füssmann; H. T. Grütter; J. Rüsen (eds.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Colônia, 1994, pp. 27 - 44, esp. pp. 32-35.

conteúdo empírico do conhecimento histórico. Somente um certo tipo de informação extraída do material das fontes torna-se relevante para a pesquisa, ou seja, aquele que vai ao encontro da operação subjetiva de produção de sentido, significado e significação do passado para os problemas de orientação do presente. Os critérios de seleção são normas e valores que amoldam o passado com o sentido, o significado e a significação históricos. Somente nas resultantes desse sentido — significado e significação — é que o passado pode ser reconhecido como história. *Particularidade* reflete as limitações da abordagem, pela interpretação histórica, das evidências empíricas do passado. Fundamentalmente, ela relaciona o conhecimento histórico à finalidade de construção da identidade mediante a memória histórica. Sendo a identidade logicamente particular — ela sempre é uma diferença para com os outros —, o conhecimento histórico, como espelho criativo da formação da identidade, sempre é particular. Exige, por conseguinte, uma pluralidade de abordagens do passado. Dessa forma, corresponde ele, pois, à pluralidade de identidades e às dimensões da identidade, das diferenciações e dos interesses conexos na vida prática.

Com sua restrospectividade, perspectividade, seletividade e particularidade, o conhecimento histórico faz parte do discurso cultural pelo qual a diferença e a distinção são produzidas como resultantes essenciais da orientação cultural no mundo humano. Isso é verdade especialmente para as relações sociais e para a dominação política. Pode-se mesmo falar de um princípio de comunicabilidade, que faria do conhecimento histórico um elemento constitutivo desse discurso cultural. Ele transforma o discurso acadêmico em parte da luta cultural pelo poder. Ele lida com o poder, ao tornar efetivos seus princípios na percepção e na interpretação do mundo humano no espelho da memória histórica. No contexto desta comunicação, a história, como passado representado, ganha em vividez e poder, ao tornar-se parte

da vida quotidiana. Confrontada com essa integração inevitável da história à vida, a objetividade histórica aparece como seu contrário, como um recurso cultural na luta política pelo poder, ao simbolizar as forças da cultura. Toda história da historiografia é uma prova empírica desse papel dos estudos históricos.¹⁹

Há um termo, no discurso recente da metahistória, que indica o recuo da objetividade no campo dos estudos históricos (pelo menos na perspectiva da reflexão metahistórica sobre seus princípios constitutivos): *ficcionalidade*. Ficcionalidade é um contraconceito de objetividade no contexto semântico de uma epistemologia positivista. Objetividade significa o atributo epistemológico de solidez empírica da informação obtida a partir do material das fontes, mediante o procedimento metódico de sua crítica. Essa informação consiste nos assim chamados 'fatos': eles asseveram que, num determinado tempo e em um determinado local, algo ocorreu de determinada forma por causa de determinadas razões. Um fato é uma resposta à questão sobre "quando-onde-o quê-como-por quê?". Um tal fato não possui sentido, significado ou significância especificamente históricos em si próprio. Ele se reveste desse sentido 'histórico' apenas numa determinada relação temporal e semântica para com outros fatos. Essa relação é produzida pela interpretação histórica. De modo a tornar efetiva essa 'historização', a interpretação histórica recorre a princípios de sentido, significado ou significância, cujo estatuto ontológico é diferente do estatuto dos próprios fatos. Levando-se em conta a mera facticidade da informação das fontes, há ainda algo mais do que apenas factual na relação narrativa temporal que qualifica os fatos como especificamente 'históricos'. De modo a determinar essa diferença, usa-se o termo 'ficcionalidade'. Na medida em que a interpreta-

¹⁹ Peter Novick. *That Noble Dream. The 'Objectivity-Question' and the American Historical Profession*. Nova York: Cambridge, 1988.

ção dá uma forma narrativa à relação 'histórica' entre fatos, o procedimento da interpretação está intimamente relacionado à maneira de contar uma história (*tell a story*). O termo 'ficcionalidade' exprime também essa situação. O processo instituidor de sentido da interpretação histórica aparece, sob o influxo desta categoria, como "um ato essencialmente poético", do mesmo tipo de geração de sentido que se encontra na literatura e nas artes.²⁰

'Ficcionalidade' assinala ainda o estatuto ontológico e epistemológico daqueles elementos do conhecimento histórico e da historiografia que não provêm diretamente da facticidade pura da informação das fontes. Esse termo só faz sentido com o pressuposto, não questionado, de uma epistemologia positivista. Ele confirma, ademais, um conceito amplo de método histórico, em que este fica restrito aos mecanismos e à tecnologia de crítica das fontes. A operação mental que transforma a informação das fontes numa seqüência narrativa com sentido e significado, numa narrativa histórica, pois, é, por sua vez, explicada como narrativa. A metahistória, que investiga os princípios da narrativa, vai além tanto da metodologia tradicional que se concentra na objetividade, quanto da poética e da retórica da historiografia, que se restringem à subjetividade. Agora sim, os princípios constitutivos do constituição histórica de sentido são de natureza estética e lingüística.

Esta poetização da cognição histórica correspondia à falta de metodologia de interpretação histórica. A metahistória velou o fato de que os estudos históricos ainda utilizam uma rede de conceitos mais ou menos explicados teoricamente, ao

²⁰ Hayden White. *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. Baltimore, 1973, p. X.

inserir os fatos numa relação historicamente significativa.²¹ O ato poético inclui, no mínimo, procedimentos cognitivos decorrentes das regras metódicas da pesquisa histórica. A nova consciência das estratégias lingüísticas para a produção de sentido em história atraiu a atenção dos historiadores, novamente, para o ato de escrever história. A historiografia nunca foi completamente esquecida na reflexão metahistórica sobre os estudos históricos que destacavam sua pretensão de objetividade e sua autodefinição e prestígio como 'ciência'. No entanto, ela sempre esteve conexas com a racionalidade metódica da pesquisa científica, tornou-se dependente dela e foi desprovida de seu papel constitutivo no processo de produção de sentido, ao lidar com a experiência do passado. Tem-se agora o percurso inverso: os recursos racionais da pesquisa, quando tematizados, parecem depender de procedimentos lingüísticos básicos de produção de sentido, ao modelar a informação da fonte numa narrativa significativa. Como escapar dessa ambivalência?

4. Uma aproximação de um novo conceito de objetividade

De modo a tornar possível a volta das pretensões de verdade do pensamento histórico, tem-se, antes de mais nada, de esclarecer o significado de objetividade. Esse significado pode ser visto de duas formas: primeiramente, objetividade significa uma relação constitutiva do pensamento histórico para com a experiência; existe algo na construção narrativa chamada 'história' que não pode ser inventado, pois é previamente dado e tem de ser reconhecido como tal pelos historiadores. Os procedimentos racionais da pesquisa histórica estão baseados nesta relação entre o pensamento histórico e o 'estar previamente

²¹ Cf. Jörn Rüsen. *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der historischen Forschung*. Göttingen, 1986.

dato' da experiência, que se assemelha a um 'objeto' da interpretação histórica. A experiência é um dos limites da experiência, i.é., a interpretação histórica não pode ir além dos contornos da experiência quando tenha por intenção enunciar o que ocorreu no passado — quando, onde, como e por que alguma coisa aconteceu ou foi o caso. Essa relação com a experiência não impede, de forma alguma, acréscimos subjetivos constituidores de sentido por parte dos historiadores, ao lidarem empiricamente com o passado.

Em seu segundo significado, 'objetividade' inclui até mesmo o lado 'subjetivo' da interpretação histórica: ela significa um modo da própria subjetividade, ou seja, a validade intersubjetiva de uma interpretação histórica. Em poucas palavras, essa objetividade como intersubjetividade significa que a interpretação histórica não é arbitrária ou descabida ao tratar os elementos subjetivos do sentido histórico que moldam a informação do material das fontes em uma narrativa com sentido e significado e constituem, assim, 'história' como uma relação de sentido entre o passado e o presente (a qual é tendencialmente referente ao futuro). Este significado de 'objetividade' refere-se à relação da interpretação histórica com o discurso cultural e com a vida social, nos quais se constitui toda narrativa histórica, aos quais toda narrativa histórica se dirige e nos quais toda narrativa histórica desempenha o papel de orientadora da vida prática. 'Objetividade' significa, pois, que a experiência histórica pode ser interpretada com relação a essas três perspectivas, de tal forma que se dêem boas razões para aceitar uma narrativa histórica e para recusar uma outra. O termo 'razão' indica a solução: existem princípios de interpretação que todo historiador deve observar, na medida em que queira produzir uma narrativa histórica cuja validade esteja além de uma subjetividade pobre, no sentido de arbitrária ou totalmente descabida.

A pretensão de objetividade no sentido de uma relação constitutiva com a experiência histórica pode ser facilmente legitimada pela referência aos procedimentos de pesquisa consagrados para os estudos históricos. É de se convir que o método histórico sofre influência da abordagem heurística da experiência histórica, chegando mesmo a depender dela, que inclui, na relação especificamente histórica entre o passado e o presente, elementos constitutivos de subjetividade, como sentido, significado e significância. Não obstante, a racionalidade metódica da pesquisa alcançou uma validade que não pode ser posta de tal forma em dúvida que a informação das fontes perca seu valor cognitivo como limite da interpretação.²²

No caso da subjetividade, as coisas são diferentes. É aberta a questão de se saber se existe uma racionalidade metódica estrita, comparável à da objetividade, para os procedimentos pelos quais a informação do material das fontes é moldada em um narrativa histórica significativa. Não se deve negligenciar, todavia, que existem ao menos alguns *critérios racionais inegáveis de intersubjetividade que garantem a consistência de uma narrativa histórica*. Essa consistência deve ser investigada, com respeito aos princípios da intersubjetividade, como uma condição necessária para a plausibilidade ou a 'verdade' de uma narrativa histórica.

Convém distinguir duas dimensões desta consistência: a coerência teórica e a coerência prática. A *coerência teórica* diz

²² Joyce Appleby; Lynn Hunt; Margaret Jacob. *Telling the Truth About History*. Nova York: Norton, 1994; Lionel Gossman. *Between History and Literature*. Cambridge, Mass. 1990; Jürgen Kocka. *Sozialgeschichte. Begriff — Entwicklung — Probleme*. 2ª ed., Göttingen. 1986. pp. 40 - 47: *Objektivitätskriterien in der Geschichtswissenschaft*; Reinhardt Koselleck; Wolfgang J. Mommsen; Jörn Rüsen (eds.). *Objektivität und Parteilichkeit* (Beiträge zur Historik, vol. 1). Munique, 1977; Jörn Rüsen (ed.). *Historische Objektivität. Aufsätze zur Geschichtstheorie*. Göttingen, 1975.

respeito aos conceitos e sua relação com a informação do material das fontes. O discurso pós-moderno da metahistória tratou, sobretudo, das metáforas como elementos básicos da produção histórica de sentido no ato de transformar a experiência do passado em uma histórica com significado para o presente.²³ A racionalidade metódica dos estudos históricos já teve por resultado a transformação (ou mesmo a superação) das metáforas em conceitos. Com essa conceitualização, a interpretação histórica se qualifica para contribuir para sua validade intersubjetiva: uma qualidade que se pode chamar de *reconstrutibilidade*. Considero essa questão no sentido de a interpretação histórica ser dotada de transparência e clareza que possibilitam, principalmente, construir e corroborar ou refutar a argumentação que apresenta. É este o sentido da famosa passagem de Max Weber: "... é e continua verdade que uma demonstração científica metodicamente correta, no campo das ciências sociais, se quiser alcançar seu objetivo, tem de ser reconhecida como correta também por um chinês..."²⁴ Essa transparência pode ser expressa por uma regra metódica da interpretação histórica: esta última tem de ocorrer dentro de uma rede conceitual explícita. Com os recursos conceituais explícitos em forma mais ou menos teórica, a interpretação histórica se reveste de um determinado grau de flexibilidade, que reforça o elemento de explanação racional que opera no 'contar uma história do passado', embora lhe atribua sentido pela via argumentativa, dirigida às faculdades racionais daqueles aos quais a história é contada. Os processos mentais criativos da narratividade histórica adquirem a qualidade de estrutura narrativa e submetem a espontaneidade racional ao controle da evidência empírica, da coerência lógica e do vigor explanatório, no jogo da produção histórica de sentido.

²³ Cf. Frank R. Ankersmit. *History and Tropology. The Rise and Fall of Metaphor*. Berkeley, 1994.

²⁴ Cf. Weber. *Objektivität* [nota 17], p. 155.

A *coerência prática* é a qualidade da narrativa histórica que lhe confere plausibilidade quanto à função prática que ela tem na orientação cultural da vida concreta. Será possível constatar e identificar coerência e intersubjetividade — isto é, um indício de razão — mesmo nos abismos da vida, em que interesses, conflitos, vontade de poder e a avassaladora ambição de assegurar auto-estima e reconhecimento social desempenham um papel decisivo na modelagem das imagens do passado para as finalidades do presente e na perspectiva do futuro? A resposta é simples e límpida: sem os elementos discursivos da intersubjetividade, a vida humana prática seria impossível. Penso aqui em todos os elementos culturais que habilitam os seres humanos a superar seus conflitos de forma pacífica, de se ajustar à experiência, de convencer-se uns aos outros mediante argumentos e não pela força, de elaborar e aceitar razões para a orientação da vida prática no tecido cultural da ação.

Esses elementos podem ser especificados com relação à mais sensível e prática das funções do pensamento histórico: seu papel na formação da identidade pessoal e social. Correspondentemente à racionalidade metódica, que produz a coerência teórica da narrativa histórica, existem uma razão e uma racionalidade práticas universais na conciliação das diferenças e das tensões no processo de formação da identidade. Isso fica patente no embate político pelo poder e nas estratégias conflitantes na busca do equilíbrio existencial entre auto-estima e reconhecimento social, com respeito à identidade histórica. É ainda um recurso cultural poderoso para os indivíduos e os grupos assumirem sua posição social no relacionamento com os demais. Penso *ser a categoria de igualdade e o conceito de humanidade, a ela referente*, o que serve de regra cultural para lidar com as diferenças.

Essa categoria é a contrapartida prática das forças teóricas da geração de sentido, que dota as narrativas históricas da transparência argumentativa anteriormente mencionada. Com a categoria de igualdade, pode-se alcançar uma tal transparência também no campo prático da formação da identidade. Todo o sistema jurídico moderno está baseado nela. Isso parece ser extremamente teórico, se comparado com os problemas práticos reais, mas podemos mostrar, facilmente, quão relevante é, para a vida prática, essa argumentação abstrata. Em que consiste a falta de intersubjetividade no processo de formação da identidade histórica? No déficit de reconhecimento, na marginalização, na relação moral assimétrica entre similitude e alteridade. Igualdade é uma idéia regulativa para superar essa falta de intersubjetividade.

Para a finalidade de construção da identidade pela memória histórica, porém, essa categoria da intersubjetividade é totalmente insuficiente. Ela define uma universalidade abstrata que fica aquém da diversidade de diferenças, na qual a cultura constrói a identidade humana. Tem-se necessidade de um princípio muito mais abrangente e profundo que leve em conta tal diversidade. No plano teórico das idéias regulativas, pode-se transformar facilmente a universalidade abstrata da igualdade numa universalidade concreta que corresponda aos desafios da diferenciação como procedimento cultural necessário à construção da identidade: na medida em que cada identidade é particular, a intersubjetividade, relativamente à diferença entre as particularidades, é uma questão de como correlacionar essas particularidades. Deve-se atribuir à regra metódica que todos os que se encontram nesse processo aceitem suas próprias diferen-

ças e a respectiva alteridade. A idéia regulativa da intersubjetividade torna-se, assim, *conhecimento e reconhecimento mútuo*.²⁵

Essa idéia regulativa pode ser utilizada na interpretação histórica: ela se refere à perspectividade de qualquer narrativa histórica. Ela relaciona a interpretação histórica a uma perspectiva que inclui ou a diferença dos pontos de vista relativamente às diversas identidades ou reforça outras perspectivas, como complementares a pontos de vista diversos. A pluralidade de pontos de vista e de perspectivas não deve ser considerada um entrave à objetividade, mas sua realização no que diz respeito às necessidades da coerência prática. Mas a pluralidade pode ocorrer de dois modos: um, com fundamento lógico na negação estrita da objetividade, desacreditando-a como um 'sonho nobre', mas sem qualquer princípio regulador diante dos conflitos e embates entre as diversas perspectivas, resultando simplesmente um *bellum omnium contra omnes* ou um *choque de civilizações* combatido com as armas da narrativa. A outra modalidade consiste em um conceito de pluralismo limitado por uma regra abrangente de complementaridade, pela crítica recíproca sob a forma de uma argumentação transparente e razoável, bem como pelo conhecimento e reconhecimento mútuo. Penso não existir qualquer dúvida sobre que tipo de pluralismo deve ser preferido.

Uma tal idéia regulativa da coerência prática tem consequências para a abordagem heurística da experiência histórica. Essa abordagem é sempre levada adiante pelas normas e valores que constituem o sentido histórico. A intersubjetividade prática é um desses valores, e tem seus efeitos, repercute na experiência

²⁵ Cf. Charles Taylor. *Multikulturalismus und die Politik der Anerkennung*. Frankfurt/Main, 1993; Jörn Rüsen. "Vom Umgang mit den Anderen — Zum Stand der Menschenrechte heute". *Internationale Schulbuchforschung* 15 (1993), pp. 167-178; J. Rüsen. "Human Rights from the Perspective of an Universal History", em: W. Schmale (ed.). *Human Rights and Cultural Diversity. Europe - Arabic-Islamic World - Africa - China*. Frankfurt/Main, 1993, pp. 28 - 46.

do próprio passado, na medida em que a história pode ser concebida como um processo de busca de observar esse princípio nas formas da vida humana, nas constituições, nos sistemas jurídicos, no comportamento social, etc.

Esta repercussão da experiência histórica reveste a intersubjetividade, como coerência prática e teórica das narrativas históricas, da qualidade adicional de objetividade, no sentido de garantir uma relação verossímil com a experiência. História como experiência não se situa fora de nós mesmos. Experiência histórica não é apenas dada previamente nos vestígios do passado com que os historiadores lidam, sob a forma de fontes. História é dada previamente também em nós, e mesmo mais, na medida em que nós próprios somos resultados de desenvolvimentos temporais de longa duração. Antes de pensarmos em história, e antes de a rememorarmos, já somos história. Antes de pensarmos no passado como passado — e esta é uma condição necessária do construto cultural 'história' como elemento de orientação cultural —, o passado é presente. Nessa presença do passado, intersubjetividade e objetividade, no sentido da experiência, são a mesma coisa. Na condição de previamente dado, o passado ainda não se tornou história, nem mesmo é, propriamente, passado; como história e como passado, poder-se-ia dizer, é invisível. Para torná-lo visível, temos de distinguir as três diferentes dimensões temporais e colocar em ação os mecanismos mentais da consciência histórica. A resultante dessa interação é a representação histórica do passado. Ela somente pode desempenhar seu papel de orientação se não perder de vista essa 'história invisível' que nós mesmos somos. Somente a representação histórica do passado, que nos traz à mente essa história, é que possui a qualidade da objetividade em que estão sintetizados o aspecto da experiência e o da intersubjetividade, assim como as dimensões teórica e prática da produção de sentido histórico na relação entre passado e presente.

A pretensão de objetividade efetivada no procedimento acadêmico da cognição histórica é pensada, amiúde, como exalando um certo odor de mofo. Muitos historiadores profissionais consideram que seu serviço à verdade só pode ser prestado se isolarem sua representação do passado com relação aos embates de suas épocas. Essa neutralidade é uma esperança vã. Nenhuma narrativa histórica é possível sem uma perspectiva e os critérios de sentido histórico com ela relacionados. Esses critérios são derivados da orientação cultural da vida prática. Eles têm de estar expressos numa forma conceitual tal que mantenham sua relevância para a vida atual, mesmo se versam sobre coisas passadas. Assim, a objetividade histórica não exorciza, da representação histórica, a variegada multiplicidade da vida prática, pelo contrário: ela é um princípio que organiza essa variedade. Emoção, imaginação, poder e vontade são elementos necessários da produção histórica de sentido. A pretensão de objetividade não lhes subtrai o vigor da vida. Objetividade pode ser reconhecida como uma forma de sua vivacidade, na qual as narrativas históricas reforçam a experiência e a intersubjetividade na orientação cultural. E assim fazendo, tornam o peso da vida — quem sabe? — um pouco mais suportável.

